

Praças lorenenses: um passeio de aprendizagem histórico-cultural

Ruth Aparecida Sales Philippini

Centro Universitário Salesiano de São Paulo / UNISAL – Lorena

2015/dezembro

Resumo: O processo educativo histórico, repleto de sentido e significado, é capaz de propiciar a compreensão de um passado-presente local-regional, inserido até mesmo num contexto nacional, quando se transgredir os ambientes educativos formais e se busca outros espaços não formais, sem com isso perder a severidade sistemática que se confere à pesquisa histórica. Nessa perspectiva transgressora de ensino-aprendizagem, volta-se à praça, um espaço não formal privilegiado para aprendizagem, uma vez que é entendida como um espaço urbano público, que propicia a convivência entre as pessoas e que diversifica, historicamente, suas funções, suas formas e simbologias, mas mantém, ao longo do tempo, sua essência como espaço coletivo. O desenvolvimento e as transformações dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da cidade de Lorena, inserida no cenário regional valeparaibano paulista e nacional, são contados através desses espaços denominados praças, entre elas, destacando-se Baronesa de Santa Eulália, Capitão-Mor Manoel Pereira de Castro e Dr. Arnolfo Azevedo, por onde se pode passear, investigar, aprender e apreender sobre a memória social de uma localidade que incorpora fatos e personagens marcantes de um passado-presente histórico-cultural que compõe não só o contexto regional do Vale do Paraíba Paulista, mas também com elos na própria história nacional.

Introdução

A história sempre encanta, mas ela pode gerar desencantos quando já não se é capaz de saber investigá-la e contá-la com sentido e significado político, social, econômico e cultural, dentro de um determinado tempo e espaço.

Há desafios enormes de criatividade e dinamismo no processo de ensino-aprendizagem da História, não importando se a temática é mais de história nacional, regional ou mesmo local. Muito se fala em espaços formais de educação, mas nem sempre se tem lembrado que, ao lado deles, há também ricos espaços não formais que tanto podem contribuir para um revigorado processo educativo histórico repleto de sentido e significado, capazes de propiciar a compreensão de um passado-presente local-regional, inserido até mesmo num contexto nacional.

Para tanto é preciso se ter alguma ousadia de transgredir os ambientes educativos apenas formais, buscando outros espaços que registram em sua arquitetura momentos marcantes de desenvolvimento e de transformações histórico-culturais de uma coletividade, obviamente sem perder o horizonte fundamental do rigor acadêmico da pesquisa histórica. Em outras

palavras, é possível e necessário sair atrás de fontes monumentais, como suporte dessa investigação histórica transgressora, ainda que sem abandonar as fontes documentais, associando-as numa espécie de relação de complementaridade.

É a partir dessa perspectiva transgressora de ensino-aprendizagem de história que se pretende voltar à própria história cultural da cidade de Lorena, para se tentar melhor compreender seu desenvolvimento e suas transformações, dentro do passado-presente da assim chamada Região Valeparaibana Paulista, sem se esquecer da própria história nacional. Trata-se de uma transgressão didático-pedagógica que não quer confinar o estudo de história ao quadrilátero da sala de aula, mas ir além desse reduto, mesmo com suas inovadoras metodologias, para buscar no espaço real dos equipamentos e monumentos urbanísticos aquilo que torna significativo o aprendizado a respeito do ontem e do hoje da coletividade loreense.

Desse modo, logo de início, será discutida a educação como processo de construção de conhecimentos, ligado ao espaço onde ela acontece, buscando-se entender melhor como espaços não formais de aprendizagem podem ser muito bem utilizados para se compreender as significativas transformações histórico-culturais que marcam o tempo-espaço evolutivo de uma determinada coletividade.

Em seguida, a análise será voltada, especificamente, para um lugar histórico bastante expressivo das cidades, as suas praças, esses espaços de convivência coletiva que, há séculos, apesar das suas transformações conceituais sofridas no curso da própria história, compõem a paisagem estética desses aglomerados urbanos, retratando muito da memória de sua vida política, social, econômica e cultural.

Após essa incursão pelas praças, enquanto espaços históricos das cidades, a investigação se concentrará na localidade Lorena, a conhecida “terra das palmeiras imperiais”, por onde se realizará um passeio histórico, tomando-se como referências algumas de suas principais praças, Baronesa de Santa Eulália, Rosário e Dr. Arnolfo Azevedo, as quais podem proporcionar um renovado aprendizado significativo desta cidade, com projeção regional e com traços da própria história nacional.

Praças: espaços transgressores de aprendizagem histórico-cultural

A educação, como processo de construção de conhecimento, que contribui para o desenvolvimento cognitivo e comportamental, pode ocorrer em diferentes circunstâncias, mas o modo como ela se processa e sua qualidade é inerente ao espaço onde ela acontece.

As salas de aula são consideradas como ambientes convencionais de ensino. Por sua vez, os espaços fora da sala de aula podem ser chamados de não convencionais. A sala de aula é um espaço físico dinamizado pela relação pedagógica, mas não é o único e exclusivo espaço da ação educativa. Não é por outra razão que se diz que a relação de ensino-aprendizagem pode ocorrer entre sujeitos que interagem e essa interatividade “pode ser também entre sujeito e objetos concretos ou abstratos, com os quais ele lida em seu cotidiano, resultando dessa relação o conhecimento.” (XAVIER; FERNANDES, 2008, p. 226). Quando se fala de espaço onde se processa educação, consideram-se os diferentes objetos/materiais e as características ambientais que o compõem.

Os espaços não formais de educação variam, enormemente, em suas características e funções sociais, inclusive podendo não serem destinados, primariamente, ao próprio processo educativo. Dentre os espaços não formais que atuam na chamada educação não formal, mas que também podem ser muito bem utilizados para o desenvolvimento de atividades de educação formal, destacam-se os museus, as praças públicas, as feiras, as exposições e outros tantos espaços urbanísticos.

Não se trata de substituir completamente o espaço formal da sala de aula, mas de utilizar desses espaços não formais como “cenários” para propostas oriundas do ensino formal, vale dizer, eles também podem funcionar como extensões para os conteúdos abordados nas atividades escolares.

As Orientações Curriculares¹ recomendam o desenvolvimento de práticas fora do espaço escolar, apontando os estudos do ambiente como atividade motivadora para a aprendizagem, já que ele transgride o processo de ensino-aprendizagem para além dos muros institucionais. É importante que o processo de ensino-aprendizagem se inicie pelo conhecimento que esteja mais próximo da vida, partindo dos fatos imediatos para os mais remotos, do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido. (RANGEL, 2005, p. 29).

A utilização de ambientes não formais possibilita a contextualização, aplicação e associação de conceitos já aprendidos e apreendidos com informações novas, extraídas do espaço vivenciado, possibilitando uma simbiose de conhecimentos inter-relacionados e transformados em uma aprendizagem significativa. (MOREIRA; MASINI, 2001, p. 53-55). Mas não é só, porque esses mesmos espaços não formais permitem a realização de experiências práticas de aprendizagem que podem enriquecer a interação com o conteúdo

¹ Orientações curriculares, também denominadas diretrizes curriculares, são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, normas, fundamentos e procedimentos na Educação que orientam as escolas nacionais dos sistemas de ensino na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.

significativo que faz sentido para as questões da própria vida real. (LOWMAN, 2004, p. 233-234).

Entretanto, não se deve confundir a ida a um espaço não formal de educação com uma excursão, viagem ou mera visitação. É preciso ir ao encontro investigativo, ordenado, objetivo e direto dos aspectos socioculturais que caracterizam esse espaço, capturando ali parcelas significativas de uma realidade histórica. A realidade histórica que se quer reconstruir é a da formação e desenvolvimento de uma cidade, como ambiente de organização política e social de uma coletividade. Essa reconstrução pode ser feita pela via de suas praças públicas, enquanto lugares em que ocorrem as manifestações coletivas, deixando sinais arquitetônicos de um processo de afirmação de tradições e valores que marcam, historicamente, os traços e perfis de uma localidade, tornando-a bastante singular na memória de seus concidadãos. Em outras palavras, as praças públicas guardam uma memória histórica de uma localidade e da vida coletiva que por ela passa.

A palavra história vem do grego antigo “historie”, em dialeto jônico. Esta forma deriva da raiz indo-europeia “wid” ou “weid”, que significa ver. Daí o sânscrito “vettas”, “testemunha”, e o grego “histor”, também testemunha, no sentido daquele que vê. Esta concepção da visão como fonte essencial do conhecimento leva à ideia de que “histor” é tanto aquele que vê, como aquele que sabe. “Historein” é “procurar saber”, “informar-se” e este o sentido da palavra em Heródoto, quando em sua obra “Histórias” trata de “investigações ou procuras”. Essas investigações ou procuras históricas, num esforço original de constituir a própria ciência histórica, dependem de se vasculhar a memória, e não há como não se reconhecer que o conceito de memória é crucial para a atualização de impressões ou informações passadas. (LE GOFF, 1990, p. 366).

Não se ignora que há uma passagem da memória oral para a memória escrita, bem como da memória individual para a memória coletiva. É ainda no próprio ambiente grego, com Simônides de Céos, que se destacou o processo de dar cientificidade à memória, uma mnemotecnica, consistente em lembrança e uma organização das imagens, tudo para formar uma boa memória em ordem. Há os lugares da memória, onde se pode dispor dos objetos da memória, imagens, formas, traços característicos, símbolos que permitem a recordação mnemônica. Depois dessa etapa inicial, avançou-se da memória das coisas para a memória das palavras. Seja como for, a mnemotecnica grega, tão lembrada na própria história, estabeleceu a importância de “lugares e imagens, precisando o caráter ativo e dessas imagens no processo de rememoração (imagens agentes) e formalizando a divisão entre memória das coisas (*memoria rerum*) e memória das palavras (*memoria verborum*).” (LE GOFF, 1990, p. 381).

A evolução das sociedades clarifica a importância do papel que a memória, especialmente a coletiva, desempenha na vida. Uma memória retratada em documentos e monumentos, que fermentam a própria história a partir dos estudos dos lugares dessa memória coletiva. Lugares topográficos, funcionais, simbólicos ou arquitetônicos, todos eles memoriais que têm a sua história e trazem neles uma boa parte de uma história. Não é à toa que já se afirmou que, como *homo sapiens*, a constituição de um aparato da memória social abarca todas as questões da evolução humana. (LEHROI-GOUHRAN, 1964-1965, p. 24).

O fato é que a memória é mesmo um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais das sociedades de hoje. (LE GOFF, 1990, p. 410). A memória, onde germina e cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para amparar o presente e servir o futuro. É nesse sentido que se busca investigar sobre a memória da evolução das cidades, a partir de fontes históricas sobre a importância das praças, para em seguida transgredir o universo dos documentos rumo aos monumentos, para se conhecer, aprender e apreender sobre a cidade de Lorena especificamente, buscando o ambiente arquitetônico de algumas de suas principais praças, como espaços não formais de aprendizagem histórico-cultural. Trata-se de processo investigativo-educativo sobre a própria cidade de Lorena, para se lembrar o seu passado, entendendo-a como um lugar que, mesmo com algo de sua identidade bem preservada, se insere também num processo de transformações socioculturais no presente-futuro.

Praças: espaços históricos das cidades

O conceito de praça está, normalmente, associado à ideia de verde e de ajardinamento urbano. Por tal motivo, os espaços públicos, formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos, é comumente chamado de adros ou largos.

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural de determinada sociedade, vale dizer, a própria natureza que compõe a sua paisagem, por meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Ainda quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. (SANTOS, 2004, p. 233).

A praça é definida, espacialmente, pela vegetação e outros elementos construídos. Nesse sentido, estes espaços podem ter algumas classificações: praça jardim: espaços nos quais a

contemplanção das espécies vegetais, o contato com a natureza e a circulação são priorizados. Estes podem ser fechados por grades ou cercas, como o passeio público do Rio de Janeiro e de Curitiba, ou ainda podem ser abertos e rodeados de imóveis (comerciais e residenciais). No Brasil, o conceito de praça está, normalmente, associado a idéia de verde e de ajardinamento urbano, por este motivo os espaços públicos formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos são comumente chamados de adros ou largos; praça seca: largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres. Em algumas destas praças inexistem qualquer tipo de árvores ou jardins e nelas o importante é o espaço gerado pela arquitetura e são relações entre volumes do construído e do vazio que dão ao conjunto a escala humana. Nestes locais destacam-se símbolos arquitetônicos como a Praça de São Marcos em Veneza (Itália), a Praça de São Pedro em Roma (Itália) ressaltando a Basílica, a praça dos três Poderes em Brasília e o Memorial da América Latina em São Paulo; praça azul: praças na qual a água possui papel de destaque. Alguns belvederes e jardins de várzea possuem esta característica; e, praça amarela: as praias em geral são consideradas praças amarelas. (MACEDO; ROBBIA, 2002, p. 175-179). Mas, não importa apenas uma classificação, haja vista que, pensado como espaço coletivo, “o termo praça engloba questões socioculturais, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social, e o espaço de identidade, onde grupos sociais se reconhecem e onde existe a possibilidade de trocas.” (CALDEIRA, 2007, p.15). Define-se praça por um espaço urbano, público, propiciando uma área de convivência entre as pessoas.

A praça representa uma espécie de espaço camaleônico, capaz de se modificar e se adaptar às transformações das cidades, possibilitando apropriações diversas. Essa peculiaridade fez com que a praça adquirisse, historicamente, uma diversidade de formas e funções, sem perder sua essência como espaço coletivo. (BORJA; MUXI apud CALDEIRA, 2007, p. 14).

O primeiro conceito de praça surgiu na Grécia antiga, em Atenas, conhecida como “ágora”. “Ágora” era um espaço urbano, público, que possuía grande relevância para a política e para a democracia ateniense, pois era um local de manifestação da opinião pública, onde se debatiam ideias e se decidiam os rumos da cidade. Nesse local ocorriam reuniões, assembléias, os cidadãos discutiam sobre leis, obras públicas, cultura, enfim, assuntos ligados à vida da “pólis”.

Como espaço urbano, a *Ágora* constitui a principal praça da civilização grega, representando o lugar de encontro dos cidadãos. Essa praça era formada por um pátio aberto, circundado por edifícios públicos e

administrativos. Nela situavam-se o *bouleuterium*, uma espécie de sala de conselho da cidade, e o *prytaneum*, a câmara privada dos chefes oficiais do magistrado. Um dos lados era ocupado por uma construção em pórticos, a *Stoa*, onde funcionava o mercado. (CALDEIRA, 2007, p.17).

Este espaço utilizado para funções públicas tornou-se o centro da cidade. Edifícios foram construídos ao seu redor. Pode-se dizer que a “ágora” grega foi a precursora das praças e suas funções são identificadas com as mesmas das praças hoje, porém, com algumas diferenças, as quais ocorreram durante a evolução das cidades.

Pensar em um espaço público moderno, hoje, é remontar à compreensão do espaço criado pelos gregos, a “ágora”, um espaço aberto e público, que propiciava o encontro, a sociabilidade e a integração entre as pessoas e que fomentou, em seu entorno, o aparecimento de mercados (comércio), edifícios públicos, pórticos, colunatas.

O fórum romano, como conceito de praça, era também um espaço destinado às relações sociais, localizado no centro de Roma. Durante séculos, foi o centro da vida pública romana e era o local onde se realizavam discursos públicos, processos criminais, confronto entre gladiadores e eleições. O fórum era também o local onde aconteciam cerimônias religiosas, bem como atos cívicos de grande importância. Além disso, era ainda um local destinado ao comércio. Nesse espaço, celebravam os “grandes homens” da cidade e estátuas eram colocadas em sua homenagem. Esta característica de ostentar os “grandes homens” da cidade traz uma semelhança com o que se tem hoje nas praças, onde bustos de “grandes homens” de determinado período são expostos, tendo seu nome identificado na praça como forma de homenagem.

Nota-se que tanto a “ágora” grega, como o fórum romano constituíram um espaço livre, aberto, que propiciava o encontro e o exercício da vida social.

Espaço coletivo por excelência, a Ágora e o Fórum representaram o lugar da vida cívica e o lugar de encontro dos cidadãos. Na condição de nó, centro vital da cidade, esses espaços mantiveram-se presentes na estrutura das cidades ocidentais, constituindo-se como verdadeiros centros da vida social. (CALDEIRA, 2007, p. 2).

Ainda seguindo na conceituação de praça, agora no medievo, houve um período em que as cidades da Europa tiveram um considerável crescimento urbano. Na Baixa Idade Média (séculos XI a XV) as cidades tinham pouca importância. Nesse período, ocorreu a crise do feudalismo, em razão de um aumento da população, para a qual o sistema feudal não estava preparado. Uma mudança do espaço se anunciava. Isso aconteceu em consequência do fim das invasões bárbaras e melhoria das técnicas agrícolas. Essa melhoria propiciaria um

excedente na produção de alimentos, que serão comercializados, trocados fora dos feudos, constituindo as feiras. Esses aglomerados é que dariam forma às cidades. O que se quer dizer é que o renascimento comercial propiciou o renascimento urbano. Posteriormente, a atividade comercial ganhou características mais atuais, favorecida pelo surgimento de uma nova classe social, a burguesia.

As cidades medievais eram muradas e tinham as ruas como estruturas urbanas, pelas quais transitavam pessoas e animais com cargas. As ruas serviam como extensão do mercado e da praça do mercado. Os principais espaços públicos dessas cidades eram as praças do mercado e a praça da igreja.

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nela por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. Ela é guarnecida de torres, torres das igrejas, das casas dos ricos e da muralha que a cerca. (LE GOFF, 1924, p. 71).

Nesse período, as praças públicas mudam sua função, diferentemente do Fórum Romano, um lugar central, onde os cidadãos discutiam negócios da cidade ou negócios privados. Esse hábito se desfez. Na Idade Média, quando eram necessárias discussões de tais assuntos, frequentemente elas ocorriam no átrio, nome que se dá à parte anterior das igrejas. (LE GOFF, 1924, p. 10).

As funções da cidade se alteram, as discussões provavelmente se dão no âmbito da Igreja, pois, nesse período, ela passa a ter uma enorme importância na vida da comunidade, como principal instituição, na Idade Média, que influenciava todos os setores da sociedade.

No desenvolvimento urbano medieval, a praça se diferencia, muito notoriamente, de suas funções e também de suas características da “ágora” na Grécia. Enquanto na antiguidade a democracia realizava-se na “ágora”, na medievalidade, o Estado e a Igreja exerciam na praça seu poder e sua autoridade.

Era nas praças públicas que ocorriam as cerimônias de punições ou execuções. O exercício do poder do Estado era realizado em praça pública e cercado de todo um aparato militar, tal como se percebe no seguinte relato: “Os oficiais irão a cavalo segundo a ordem abaixo; a saber, à frente os dois sargentos de polícia, em seguida o paciente (criminoso); depois [...] irão à praça pública do grande mercado em que será executado o julgamento.” (FOUCAULT, 1987, p. 43).

A sociedade da época participava ativamente desses eventos. Era real a presença da população, que postulava sua realização. O povo era o expectador e era convocado para assistir às exposições.

Ele é chamado como expectador: é convocado para assistir às exposições, às confissões públicas; os pelourinhos, as forcas, e os cadafalsos são erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos; os cadáveres dos supliciados muitas vezes são colocados bem em evidência perto do local de seus crimes. (FOUCAULT, 1987, p.49).

Nesse período ocorre também o renascimento do teatro, de maneira um pouco tímida, mas que surgirá lentamente e terá na praça das cidades seu palco. Serão encenadas nesse local as famosas Paixões. Surge, então, nas praças o renascimento do teatro. (LE GOFF, 1924, p.58).

Ainda hoje, em praças de algumas cidades, tem-se esse evento ocorrendo como uma forma de popularizar o teatro que, com o passar do tempo, tornou-se um evento elitizado.

Passando do período da Baixa Idade Média, entre os séculos XII e XV, vislumbra-se um novo período, conhecido como Renascimento. Nesse movimento, encontra-se um crescimento gradativo da burguesia comercial e das atividades econômicas entre as cidades européias. Houve um revigoramento da antiga cultura greco-romana e ocorreram numerosos progressos nessa época, que foram realizações no campo da arte, da literatura, ciências e arquitetura.

No período do Renascimento, a praça adquire importância estética com as transformações sociais desencadeadas. O crescimento urbano, o desenvolvimento do mercantilismo e das pequenas indústrias, e a reestruturação da sociedade com o surgimento da burguesia acarretam novas atitudes em relação ao espaço citadino. (CALDEIRA, 2007, p.27).

Com relação à arquitetura das cidades, observa-se que elas tinham seus espaços limitados pelas muralhas medievais. Na medida em que a população crescia, as cidades expandiam suas muralhas ou construíam novas cidades ao redor da antiga cidade murada.

Pode-se considerar o “urbanismo da Renascença como uma evolução do urbanismo da Idade Média que transforma o movimento cultural e social desde o século XIV.” (DELFANTE, 1997, p. 128).

As cidades da Renascença possuíam ainda muros, como nas cidades medievais, porém, lhes foram incorporados novos elementos. A rua mantinha sua importância, mas com sua forma modificada, agora mais retilínea, com seus traçados em harmonia. No desenvolvimento das cidades, na época, nota-se uma melhor estruturação que é evidenciada pelos modelos rádio-concêntricos, sendo a praça o centro estrutural para onde convergiam as ruas retilíneas.

[...] sofisticação geométrica que a beleza do desenho permite admirar sem contudo o fazer compreender: as radiais que saem, por um lado, dos nove topos do eneágono e, por outro lado, do meio dos segmentos que o ligam,

nem todas vão dar no hexágono da praça central, cuja forma é acentuada por uma grande fonte de igual geometria. (DELFANTE, 1997, p.156).

Entendendo o traçado das cidades renascentistas pode-se perceber uma mudança do conceito de praça se comparado ao das praças medievais no que se refere aos monumentos. É neste momento que se pode fazer a diferenciação entre largo e praça. Até o Renascimento, as praças eram espaços vazios, de mercado, e não eram parte integrante do tecido urbano. Somente com as praças renascentistas foi possível classificá-las como espaços públicos pertencentes à estrutura urbana, através do sentido de embelezamento e ornamentação que serviam para dar suntuosidade à cidade.

As praças da Renascença são espaços criados para uma determinada função, como manifestações políticas, festas públicas ou eventos como cerimônias oficiais. Essas praças são compostas por monumentos, obeliscos e estátuas, ricamente decorados, o que difere das praças medievais, que são compostas por espaços vazios. É por isso que se diz que “da Antiguidade Clássica à Era Contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.” (KOSTOF apud CALDEIRA, 2007, p.13).

A partir do final do século XVI e meados do século XVIII, quando se impõe o estilo Barroco tem-se uma continuação natural do Renascimento. Embora ambos compartilhassem de um profundo interesse pela arte da antiguidade clássica, diferem na interpretação. O Renascimento enfatiza a austeridade, o equilíbrio e a harmonia. O Barroco tem um apelo à exuberância e uma tendência ao decorativo. Esse diferencial pode ser percebido no que se refere ao estilo de praça. A praça barroca difere da praça renascentista porque recorre em seu espaço mais ao lado monumental do que ao lado funcional. Embora as praças renascentistas tenham adquirido esse sentido ornamental, composta por monumentos e decorações, o que as diferenciava das praças medievais, elas ainda assim desempenhavam funções sociais e comerciais, enquanto as praças barrocas retiraram delas tais funções. As atividades econômicas são substituídas por árvores e bancos.

A partir da metade do século XVIII, com o desenvolvimento da burguesia mercantil e intelectual, as praças vão perdendo o símbolo de espaços públicos e sociais. Surgem novas e variadas alternativas de espaços sociais. Não é por outra razão que “analisando as consequências do deslocamento progressivo do comércio e das atividades coletivas para espaços fechados e ambientes restritos, observa o fenômeno de esvaziamento dos espaços públicos, como a praça”. (CALDEIRA, 2007, p.30).

É possível destacar como novas formas de espaços sociais, inclusive, a criação de teatros, bares e cafés.

À medida que as cidades cresciam e desenvolviam-se redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar. Foi a época de enormes parques urbanos, das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas à finalidade precípua de passeios de pedestres, como forma de lazer. Foi a época em que cafés (*coffee houses*) e mais tarde bares (cafés) e estalagens para paradas de diligências tornaram-se centros sociais; época em que o teatro e a ópera se abriram para um grande público [...]. (SENNET apud CALDEIRA, 2007, p. 30).

Já no século XIX, considera-se que as praças dessa época são uma consequência do plano da cidade e passam assim a ser um assunto de segunda ordem. São destacadas neste período três categorias de praças: as praças concebidas pelo alargamento das ruas; as praças que foram concebidas pela expansão da cidade; e as praças que foram criadas nos novos bairros. (DELFANTE, 1997, p. 247). As praças passam a ser simplesmente espaços livres, com introdução de vegetação em sua estrutura, mas sem uma função determinada, podendo servir para qualquer fim.

O processo de industrialização, iniciado com a Revolução Industrial (século XIX), criou novos modelos de circulação, de comércio e sinaliza para as praças uma profunda mudança nas suas funções. Elas perdem seu valor, seu significado e, por vezes, até se tornam ignoradas. A população aumenta, a cidade cresce. Para o homem moderno, a mobilidade passa a ser a principal necessidade.

A partir do séc. XIX nota-se uma mudança estrutural na escala da cidade. O crescimento rápido e acelerado da cidade exige que as intervenções urbanas sejam abrangentes e não restritas a pontos específicos, como a configuração de cenários pontuais – surgem as estratégias globais. A cidade moderna deveria refletir o avanço tecnológico propiciado pelo desenvolvimento industrial. (CALDEIRA, 2007, p. 31).

Todo esse novo estilo de vida trazido pela Revolução Industrial favoreceu o fenômeno do isolamento do indivíduo, um afastamento do contato com os outros. As práticas comerciais, então realizadas em plena praça, tendem a ganhar um novo espaço mais setorizado e envolvente, próprio para tais atividades. Por isso se diz que “ao declínio da praça, como espaço de representação pública, corresponderia o fenômeno de enfraquecimento da *res pública* e de recolhimento do cidadão para os lugares fechados em busca de um ambiente mais seguro e tranquilo.” (SENNET apud CALDEIRA, 2007, p.35).

Observando esse declínio da função que outrora desempenhara no espaço público, a praça parecia estar condenada à função de grande vazio. Entretanto, nos últimos anos do século XX, nota-se uma vontade de recuperar as praças devolvendo seu papel dentro da estrutura urbana.

Políticas de intervenção retomam a questão do espaço público. Enfim, parece que as praças ressurgem como protagonistas dos espaços coletivos. Partindo dessa estratégia, a praça contemporânea ressurgiu retomando seu papel de relevância no espaço da cidade.

Baronesa Santa Eulália, Rosário e Dr. Arnolfo de Azevedo: um passeio na história lorenense pelas praças.

Lorena é um município brasileiro do Estado de São Paulo, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Sua história começa como uma vila. O governador deu a ela o seu próprio nome, em 6 de Setembro de 1788. Era pequena, com pouca população, e se tornaria, mais tarde, uma cidade, repleta de história. Essa história pode ser conhecida e aprendida por muitas vias, mas uma delas, de fundamental importância para se compreender essa transformação, é realizar um passeio histórico-cultural por algumas de suas principais praças, espaços onde está registrada a memória coletiva de um lugarejo que, com o tempo, se tornou uma cidade que se projeta no cenário regional-nacional brasileiro. Então, é hora de passear pela Baronesa Santa Eulália, Rosário e Dr. Arnolfo Azevedo, para se conhecer esse passado-presente histórico-cultural lorenense.

O pelourinho foi erguido onde hoje é a Praça Capitão-Mor Manoel Pereira de Castro (Praça do Rosário). Como segundo Capitão-Mor de Lorena, a importância da figura desse homem é destacada, pois acompanhou de perto a evolução do núcleo urbano lorenense, atuou como Inspetor das obras da Nova Matriz, em 1839, e, ainda, assumiu a presidência das forças revolucionárias (na Revolução Liberal de 1842), com a derrocada de oponentes em Silveiras. (EVANGELISTA, 2001, p. 30-31). Em frente a esse logradouro foi levantada a Casa da Câmara Municipal e a Cadeia Pública. Não se pode compreender a história de Lorena sem passear pelo Largo do Rosário. A sua importância histórico-cultural está no próprio processo do desenvolvimento urbanístico de Lorena, que tem como uma de suas referências a Igreja do Rosário, situada no Largo do Rosário. Essa Igreja funcionou por um bom tempo como a própria matriz de Lorena, enquanto estava em fase de construção a atual sede diocesana, a Igreja Nossa Senhora da Piedade. (EVANGELISTA, 2001, p. 105).

Figura 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Praça do Rosário



Fonte: <http://pousadanossacasa.com/circuito-religioso/lorena/lorena-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario>

A população começava a se deslocar para estes lados da cidade em formação, abandonando assim o adro da Igreja (Praça Baronesa de Santa Eulália) e a margem do rio, onde todo o desenvolvimento urbanístico começou. O Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo foi um dos homens mais ilustres de Lorena, tendo se casado com Eulália Moreira Rodrigues de Azevedo. Exerceu a presidência da Câmara Municipal por um quadriênio (1873-1876) e, mais tarde, o cargo de Juiz de Paz. Dada a sua importância social em Lorena, em novembro de 1888 foi agraciado com o título de Barão de Santa Eulália, devido “às suas grandes obras de caridade e incremento que deu ao município de Lorena, notadamente à agricultura e às indústrias.” (CESAR, 2000, p. 100). Certamente, para homenagear sua notória atuação em prol do desenvolvimento de Lorena, erigiu-se um logradouro no Largo da Matriz com o nome de sua esposa, ficando conhecida como Praça Baronesa de Santa Eulália. Não se pode afirmar, com certeza histórica, quando o Largo da Matriz recebeu o nome atual, mas foi, provavelmente, quando a Baronesa morreu em 1921. (EVANGELISTA, 2001, p.113).

Figura 2: Praça Baronesa de Santa Eulália



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/12509591>

Em fins do século XVIII e início do século XIX, pode-se assim visualizar a vila com destacados logradouros públicos. Onde hoje se situa a atual Praça Baronesa da Santa Eulália, ficava o Adro da Matriz, local em que crescia a população da vila. Na atual Rua Viscondessa de Castro Lima, ficava a Rua Direita, margeando o Rio Taboão (afluente do Rio Paraíba do Sul). Às margens do Rio Paraíba situava-se a Rua da Jovita, onde hoje fica a Comendador Bráulio Moreira. A conhecida Rua da Bica, que desembocava no Rio Paraíba do Sul, hoje é a atual Rua Azevedo de Castro. Ligando o adro da Matriz à Rua da Bica, atualmente Rua do histórico Colégio Patrocínio São José, fundado em 1928, ficava a Rua Verde. A atual Praça Capitão-Mor Manoel Pereira de Castro era o Pátio da Cadeia. Conectando o Adro da Matriz com o Pátio da Cadeia ficava a Rua Municipal, hoje Rua Padre Manoel Teotônio de Castro. Fazendo a ligação do Pátio da Cadeia com a Rua Direita, situava-se a Rua da Cadeia, hoje Capitão João Ignácio. Do antigo Pátio da Cadeia com a Rua da Bica, nos dias de hoje, tem-se a Rua Hepacaré, paralela à Matriz, indo até o seu Adro, na Rua da Piedade. Estas duas últimas ruas conservam-se até os dias de hoje. (RODRIGUES, 1956, p. 41).

De 1818 a 1829, em um período de onze anos, a população da vila teve um aumento expressivo de habitantes. Este aumento populacional é atribuído ao grande desenvolvimento que teve a agricultura, especialmente a da lavoura do café. A vila era considerada muito ativa, o que se atribui ao desenvolvimento do comércio local. Nesse período, contava-se com algumas casas de comércio, de lojas bem sortidas. Vendiam-se tecidos, peças de algodão, lã, chita, linho e seda. Negociavam também barris de vinho, vinagre, aguardente. Havia comércio de azeite, sal e bacalhau. Este comércio fervilhante era consequência do entroncamento de caminho para Minas, para o porto de Paraty, para a Corte e para a Capital da Província.

Pode-se imaginar um comércio bastante movimentado, com um trânsito grande de cavaleiros, tropas de burros e um movimento frequente de escravos. Isso porque o centro era bem pequeno. O comércio e os serviços concentravam-se no Largo da Matriz, Rua Municipal, Largo da Cadeia e Rua do Comércio.

Em 1836, a vila já possuía mais de duas centenas de casas. A Igreja da Matriz e a Casa da Câmara eram os dois grandes edifícios públicos. As mais de sessenta fazendas já existentes produziam muitas arrobas de café, açúcar, alqueires de feijão, de milho e de fumo. Para essa produção trabalhavam mais de dois mil escravos. A população total perfazia quase dez mil habitantes. (RODRIGUES, 1956, p.58).

Em meados do século XIX o progresso era constante, novas ruas surgiam, edifícios residenciais eram construídos. Toda a vila se expandia. A vila já almejava ser elevada à categoria de cidade, o que ocorreu em 24 de Abril de 1856. (RODRIGUES, 1956, p.72).

Neste período, em Lorena podem-se contar três grandes praças: a da Matriz Nossa Senhora da Piedade, a do Rosário, com a sua Igreja, e a Praça Imperial, depois chamada de Praça da Liberdade, em função da Proclamação da República, cujo nome não perdurou por mais de dez anos, porque a Câmara Municipal, em maio de 1899, decidiu conferir-lhe o nome de Praça Dr. Arnolfo Azevedo. (EVANGELISTA, 2001, p. 116).

Figura 3: Praça Dr. Arnolfo de Azevedo



Fonte: <https://buscalorena.wordpress.compraca-arnolfo-de-azevedo/>

O Dr. Arnolfo Azevedo exerceu importantes cargos públicos no Executivo e Legislativo. Vale salientar que todos os melhoramentos de Lorena, a partir de 1891, foram realizados por sua iniciativa ou, pelo menos, a partir de seu ponto de vista do que era considerado o melhor para a cidade, destacando-se os benefícios para a Santa Casa de Misericórdia e a estruturação do então Ginásio S. Joaquim, que tomou o nome de Ginásio Municipal São Joaquim. (CESAR, 2000, p. 122-123).

Foram erguidos muitos prédios residenciais grandiosos e de elegante construção “capazes de figurar qualquer rua da capital”. A população aumentava e o comércio crescia, com lojas diversas. Além das lojas, a cidade possuía um relojoeiro e uma fábrica de chapéus. Havia ainda pessoas que trabalhavam com couro, fazendo chicotes, rédeas e arreios, produtos muito utilizados na época. A prata também era trabalhada, sobretudo na confecção de facas, freios, arreios de luxo, enfim, vários artefatos produzidos sem esse metal.

A cidade contava com quatro escolas de ensino público. As habitações eram agradáveis, com boa mobília. O cotidiano era monótono, como o de qualquer cidade provinciana. As mulheres raramente saíam às ruas. Não havia intensa vida social, como reuniões e danças em salões.

É possível que o centro da cidade fosse iluminado pelos lampiões das casas particulares, enormes sobrados, elegantes prédios que se distribuíam pelo Largo da Matriz (Praça Baronesa de Santa Eulália), Rua Direita, Largo do Rosário (Praça Capitão-Mor Manoel P. de Castro), Rua Formosa e Rua do Comércio.

A iluminação pública chegou a Lorena somente em 1865, por iniciativa do Presidente da Câmara, Coronel Castro Lima. No início, o serviço era custeado por donativos mensais. Depois, foi mantido por um imposto provincial. Foram adquiridos lampiões de azeite. Após um decênio, em 1875, os lampiões de azeite foram substituídos por lampiões de querosene. (EVANGELISTA, 1978, p. 114).

A primeira sociedade recreativa de Lorena foi fundada em 1865, denominada “Retiro Literário Lorenense”, composta por ilustres lorenenses como João de Oliveira Evola, Carlos Joaquim dos Reis, Olímpio Catão, nomes que seriam lembrados, mais tarde, em ruas da cidade. Lorena parece ganhar mais vida social. O apreço pelas artes, letras e instruções marca esta nova fase da cidade. A partir de 1866, a vida social, econômica e política de Lorena ganharia grande desenvolvimento com a criação da Comarca de Lorena.

A segunda sociedade recreativa surgiria em 1869, “Terpsicore Lorenense”, e a terceira, “O Recreio das Famílias”, em 1870. As festas lorenenses eram grandiosas e memoráveis. Em certa ocasião, uma foi preparada, especialmente, para receber a visita da Princesa D. Izabel. (RODRIGUES, 1956, p. 84).

As festas de rua eram também um acontecimento bastante comum, sobretudo aquelas diretamente relacionadas à Igreja, tais como a Festa do Divino, da Padroeira, dos Reis Magos, a Aleluia, o Entrudo, a de São Benedito, com procissões, fogueiras e demais elementos culturais. Algumas dessas festas permaneceram até os dias de hoje, como a Festa da Padroeira. Até a década de 1990, ela era bastante badalada, com atrações musicais importantes, ruas nos seus arredores lotadas, um grande acontecimento para a cidade. Hoje, a festa continua acontecendo, mas agora com pouco interesse dos moradores da cidade.

As práticas de assistência social começam a ser cogitadas pelos lorenenses. A primeira tentativa de assistência social em Lorena foi em 1867, quando foi fundada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. A instituição ainda não possuía instalações hospitalares, mas já prestava assistência em domicílio aos doentes necessitados. A construção do primeiro hospital teve início em 1870 e sua inauguração aconteceu cinco anos depois, em 1875, funcionando sem interrupções até os dias atuais.

O primeiro jornal de Lorena surgiu em 1872, “O Lorenense”. O primeiro número circulou a 4 de abril daquele ano, tendo como proprietário Manoel Antônio Gois Moreira e redatores o Dr. Manoel Tomaz Pinto Praça e o Prof. Olimpio Catão.

Um grande passo para o progresso e desenvolvimento da cidade de Lorena foi a chegada do primeiro trem de ferro da Companhia Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1877. O fato foi notícia de jornal, o “Hepacaré”, segundo periódico lorenense, tratando-se de um evento festivo com banda de música, flores atiradas sobre a locomotiva e manifestações de júbilo popular. (RODRIGUES, 1956, p. 95).

Os edifícios reservados ao serviço público, bem como as residências das principais famílias fixavam-se próximos à Matriz (Praça Baronesa Santa Eulália). A cidade crescia em seu entorno. Com a nova estação da estrada de ferro, ruas começaram a se estender para o local da estação e novas construções foram feitas para esse lado, como também o próprio comércio procurava a mesma direção. A cidade começava a crescer e a se estender do lado oposto do seu nascimento.

Lorena ganhou, em 1886, uma linha de bondes de tração animal. Tal fato coincidiu com a visita à cidade do Imperador, Dom Pedro II, que utilizou desse transporte para conhecer o Engenho Central, que havia sido inaugurado em Outubro de 1884, e a Igreja de São Benedito, inaugurada em fevereiro do mesmo ano. Esse é um período em que os moradores da cidade de Lorena estavam muito preocupados em tornar a cidade mais bonita. Para isso, antes mesmo da conclusão da Igreja de S. Benedito, foi feito um pedido para obras de praças e ruas. Os fazendeiros da cidade forneceram seus escravos para o serviço e proprietários de carroça disponibilizaram seus veículos para o movimento da terra. Foram plantadas as primeiras

palmeiras imperiais. Uma planta de ornamentação referência da cidade, cantada no seu hino. As palmeiras foram plantadas, inicialmente, na Rua Direita, atual Viscondessa de Castro Lima e Largo da Matriz (Praça Baronesa Santa Eulália).

Aformoseamento, embelezamento, melhoramento são as palavras mais encontradas nos ofícios e atas desse período. Empregou-as o Major Bráulio Moreira ao doar o meio conto de réis, como o seu irmão, o Barão de Moreira Lima, ao agradecer a escolha de seu nome para a nova praça que se abria em frente à Santa Casa, ocasião em que fez doação de um terreno no Largo do Rosário, como também o Dr. Rodrigues de Azevedo, ao doar terreno no largo da Matriz. (EVANGELISTA, 1978, p. 154).

Com a abolição da escravidão e a crise da economia cafeeira, a cidade de Lorena sofreu também esse impacto e passou por desajustes socioeconômicos. No entanto, esse período foi amparado por forças que, gradativamente, reagiram à crise que se instalou, fazendo com que a cidade se revigorasse. O Ginásio S. Joaquim contribuiu com sua atividade cultural. E com seu vasto parque industrial, a fábrica de pólvora do Piquete. Também iniciativas como de D. Odila Rodrigues de Azevedo, filha dos Barões de Santa Eulália e irmã do Dr. Arnolfo de Azevedo, que fundou, em 1912, a Associação Patrocínio de S. José, uma escola para moças. Em 1921 uma escola gratuita de instrução primária foi fundada com o nome de “Jardim da Infância Sagrado Coração de Jesus”. Uma escola noturna para adultos instalou-se em 1924. Para acolhimento de crianças desamparadas foi criado, em 1926, o “Orfanato N. S. Aparecida. E com o propósito de possibilitar a carreira de professores para o primário, foi aberto, em 1928, o curso “Escola Normal Livre Patrocínio de S. José”.

As ruas do centro da cidade já possuíam, na década de sessenta, calçamento de paralelepípedo, vale dizer, a rua principal e os entornos da Praça Dr. Arnolfo Azevedo e da Matriz. Algumas ruas conservam até hoje este calçamento.

Outras mudanças ocorreram, principalmente em relação aos pontos comerciais, na mesma década de sessenta, instalados nas principais ruas da cidade. Onde hoje se encontra a Drogeria Quinze, na Rua Dr. Rodrigues de Azevedo, ficava uma loja de tecidos chamada “A Nobreza”, posteriormente mudando seu nome para “Tecidos Teci”, mas que seguiu atuando no mesmo ramo. Ao redor da praça principal, Dr. Arnolfo Azevedo, no local onde se encontra hoje o Banco do Brasil, situava-se uma padaria, chamada de “Sagrada Família”. Posteriormente, essa padaria foi transferida para a Rua Bernardino de Campos e ali permaneceu até quase os dias atuais. Na atual lanchonete “Serve Quente”, ficava uma drogeria. A cidade possuía um posto de saúde, “Sandu”, que ficava em frente a essa drogeria. Contornando essa mesma praça e indo em direção ao espaço onde hoje é localizado o

calçada, ficava mais uma loja de tecidos, “Casa Azis”. E mais à frente, chegando próximo a uma esquina, ficava uma espécie de rodoviária que fazia a linha Lorena-São Paulo. Atravessando a rua, ficava a Leitaria Hepacaré, que servia lanches, refeições e sorvetes, local este hoje ocupado por uma farmácia.

A cidade possuía aspectos sociais, de lazer e de esporte já bem delineados. A praça referencial, Dr. Arnolfo Azevedo, demarcando até o hoje o centro da cidade, na década de sessenta era o logradouro em que aconteciam os encontros sociais da época. Com relação ao lazer, um clube de dança se localizava em frente a essa mesma praça, na parte superior de um bilhar, onde hoje é a loja “D mais”. Na mesma calçada, ficava um clube social recreativo, o Clube Comercial de Lorena, onde hoje se situa a agência do Banco Santander. Localizado antes do Clube Comercial, ficava um dos cinemas da cidade, o chamado “Nosso Cinema”, frequentado pela elite lorenense. Na rua perpendicular, ficava o outro cinema, o “Cine Rex”, que era mais popular. Já no âmbito esportivo, o campo de futebol, chamado Esporte Clube Hepacaré, mais tarde se tornou um grande clube com atividades recreativas diversificadas.

O centro da cidade, nesse período, possuía mais casas residenciais, as quais foram se transformando, ao longo do tempo, em pontos comerciais. Entretanto, supermercados não existiam. Havia estabelecimentos de vendas de produtos alimentícios. Existia um grande mercado municipal onde, mais tarde, foi construído o primeiro prédio da cidade, o “Edifício Guaypacaré”. Havia ainda o armazém conhecido como “Subsistência”, atualmente “Clube Comercial”, que atendia uma clientela de maioria de militares.

Nesse pequeno passeio histórico-cultural por algumas das principais praças lorenenses, é possível realizar uma investigação que gera significativo aprendizado sobre a memória social de uma localidade que registra fatos e personagens significativos de um passado-presente embutido no contexto regional valeparaibano paulista, sem deixar de se entrelaçar com o próprio cenário da história nacional.

Conclusão

A história tem seu fascínio e gera encanto o seu aprendizado, mas também corre sempre o risco de incidir em desapareço quando deixa de ser investigada e narrada com sentido e significado na vida política, social, econômica e cultura, dentro de um determinado tempo e espaço.

Os desafios de um ensino de história mais criativo e significativo, não importando se a temática é mais local, regional ou nacional, são enormes para todos aqueles que estão

envolvidos no processo educativo de construção de conhecimentos num determinado espaço de aprendizagem. Já é hora de transgredir os espaços formais de ensino, as salas de aula, e ir ao encontro de espaços não formais, com seus equipamentos arquitetônicos, que registram momentos e acontecimentos marcantes das transformações histórico-culturais de uma coletividade, sem deixar de perseguir, obviamente, o rigor acadêmico da pesquisa histórica. Cuida-se de um processo educativo transgressor, que sai à busca de fontes monumentais, ricas em significado da própria memória social, que se pode resgatar e renovar na compreensão histórica de uma determinada coletividade local, inserida num espaço regional, dentro de um contexto nacional.

Historicamente, sabe-se que a evolução das cidades, ao longo dos tempos, está ligada às suas praças, já que elas representam uma espécie de “espaço camaleônico”, ou seja, são lugares de convivência coletiva por onde perpassam as transformações das cidades, possibilitando diversas apropriações histórico-culturais. Seguindo nessa direção, voltou-se assim à própria história cultural de Lorena, para se tentar compreender melhor seu desenvolvimento e suas transformações dentro de um passado-presente dessa chamada Região do Vale do Paraíba Paulista. Trata-se de um convite para um passeio estético de aprendizagem transgressora pelos espaços históricos desta cidade, mais especificamente, por algumas de suas praças, apropriando-se dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da vida desta localidade, que sempre esteve inserida no cenário regional e nacional. As praças “falam” dessa rica história lorenense e, entre elas, destacam-se a Baronesa Santa Eulália, Rosário e Dr. Arnolfo Azevedo.

O passeio histórico começa, então, pela Baronesa Santa Eulália, praça que possibilita aprender sobre barões e baronesas, figuras sociais que remontam aos tempos da escravidão, tão marcantes na história do Brasil, salientando-se que Lorena integrou ativamente esse período que jamais pode escapar da memória coletiva local, regional e nacional. Nesse passeio, aprende-se que o Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo foi um dos homens mais ilustres de Lorena, deixando aqui obras de caridade, além de ter contribuído, de forma ativa, para o desenvolvimento agrícola e industrial da cidade. Ao ser agraciado com o título de Barão, típica honraria da época, transmitiu para sua esposa, Eulália Moreira Rodrigues de Azevedo, a insígnia de Baronesa. Provavelmente, para homenagear a família, no local central do urbanismo lorenense, o Largo da Matriz, foi edificada uma praça que leva o nome da Baronesa e, por isso, ali se situa a Praça Baronesa Santa Eulália.

Mas, o passeio não para nesse logradouro. É possível transitar rumo a outra praça, a do Rosário. E aí se aprende que um pelourinho foi erguido no local, onde se situa a Praça Capitão-Mor Manoel Pereira de Castro, nome oficial do logradouro, que homenageia o

genitor de Eulália Moreira Rodrigues de Azevedo, a futura Baronesa. No entanto, descobre-se ainda muito mais, ou seja, que é impossível falar do avanço de Lorena sem passar pelo espaço religioso do Largo do Rosário, já que a ele se liga o início do desenvolvimento urbanístico da cidade. Há uma memorial importância histórico-cultural da Igreja do Rosário, que teve reflexos diretos na urbanização lorenense, haja vista que ela, por certo período de tempo, funcionou como a própria matriz, até que fosse construída a Igreja Nossa Senhora da Piedade, atual sede diocesana da cidade. Não é só esse aspecto mais específico da memória local que chama atenção, pois também se pode estabelecer uma conexão com a própria história nacional, tomando como referência a figura do mesmo Capitão-Mor Manoel Pereira de Castro. A partir de Lorena, ele atuou como líder das forças revolucionárias (Revolução de 1842), com a derrota de oponentes na vizinha Silveiras, o que demonstra o quanto personagens históricas locais e cidades valeparaibanas estiveram diretamente metidas em questões políticas das mais emblemáticas do Segundo Reinado, as disputas entre liberais e conservadores, envolvidos com interesses de grandes proprietários de terras, da aristocracia rural e escravista.

O périplo ainda pode prosseguir, sem cansaço, pois ainda há mais o que se descobrir nessa andança pelas praças lorenenses. Agora, o caminhar é pela Praça Dr. Arnolfo Azevedo, filho do Barão Antônio Rodrigues de Azevedo e da Baronesa Eulália Moreira Rodrigues de Azevedo, um homem que teve intensa atuação política em diversos cargos públicos do Executivo e Legislativo, cabendo salientar que todos os melhoramentos urbanísticos de Lorena foram realizados por sua iniciativa ou, pelo menos, foram empreendidos a partir do ponto de vista do que ele considerava mais apropriado para a cidade, o que serve para demonstrar o enorme grau do poder de sua influência na vida do Município. Até hoje, o logradouro demarca o centro da cidade, tendo sido o principal espaço público de encontros sociais, também caracterizados pela presença outrora, nas suas adjacências, de clubes recreativos e dois cinemas, tanto o frequentado pela elite, quanto o de acesso mais popular, o que permite visualizar melhor os diferentes ambientes culturais que buscavam os distintos estratos sociais lorenenses.

Fica assim feito um convite para um passeio histórico-cultural pelas praças lorenenses, onde se pode investigar, aprender e apreender um pouco mais da memória social de uma localidade que nela incorpora fatos e personagens marcantes de um passado-presente, inserido no contexto regional valeparaibano e por que não dizer no próprio cenário da história nacional.

Referências bibliográficas

- CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano-origem e modernidade*. 2007.434 f. Tese de Doutorado em História -UNICAMP- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2007.
- CESAR, Faustino. *Resenha Histórica de Lorena*. 2. ed. Lorena: Stiliano, 2000. 161p.
- DELFANTE, Charles. *A grande história da cidade*. São Paulo: Instituto Piaget, 1997. 446p.
- EVANGELISTA, José Geraldo. *Retalhos Históricos de Lorena*. Lorena: Coleção Lorenense, 2001. 182 p.
- _____. *Lorena no Século XIX*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. 223p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. de Bernardo Leitão [et. al.]. Campinas: Unicamp, 1990. 331 p.
- _____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrum*. Trad. de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.159 p.
- LEHROI-GOUHRAN, A. *Le geste et la parole*. Paris: Michel, 1964-1965. 275 p.
- LOWMAN, J. *Dominando as Técnicas de Ensino*. São Paulo: Atlas, 2004. 165 p.
- MACEDO, Sílvio; ROBBA, Fábio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002. 312 p.
- MOREIRA, M.A.; MASINI, E.F.S. *Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Centauro, 2001. 175 p.
- RANGEL, M. *Métodos de Ensino para a Aprendizagem e a Dinamização das Aulas*. Campinas: Papyrus, 2005. 145 p.
- RODRIGUES, Antônio da Gama. *Gens Lorenensis: do sertão de Guaypacaré à formosa cidade de Lorena*. São Paulo: Indústria Gráfica José Ortiz Junior, 1956. 150 p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. 384 p.
- XAVIER, O.S.; FERNANDES, R.C.A. A Aula em Espaços Não Convencionais. In: VEIGA, I.P.A. *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas: Papyrus, 2008. cap. 4, p. 215-231.